

# Material/excedente: da potestas do cânone literário à potentia das narrativas<sup>107</sup>

Página |  
336

Eleonora Forenza<sup>108</sup>

Università degli Studi di Roma Tre

## Resumo

Refletiremos aqui sobre alguns nós e aspectos do mais recente debate italiano sobre a questão do cânone e de uma crise da crítica atual, à luz de uma interrogação-desconstrução dos mecanismos de produção e de seleção historiográfica que o pensamento da diferença de gênero produziu. Debateremos, portanto, acerca da considerável imunidade do cânone em relação a qualquer contaminação real com uma perspectiva de gênero, aspecto que sufocou a abertura a possíveis processos de transformação desse cânone ou do valor estético, e sufocou também a possibilidade de um questionamento mais radical sobre a função da crítica hoje. De fato, a colocação das relações de gênero em uma dimensão histórica, como veremos, é a condição indispensável para uma redefinição do cânone e da noção de literariedade.

## Palavras-chave

Cânone literário. Autoria feminina. Crítica.

---

<sup>107</sup> Este texto foi veiculado originalmente em *Dentro/ fuori, sopra/ sotto: critica femminista e canone letterario negli studi di italianistica*, lançada em 2017 pela Longo Editore, em italiano e inglês, com organização de Alessia Ronchetti e Maria Serena Sapegno. O texto original foi também transmitido, no Brasil, por Eleonora Forenza, na conferência da aula inaugural do semestre de 2017.2 do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Ceará. A tradução é de Ana Letícia Costa de Oliveira e Bárbara Costa Ribeiro.

<sup>108</sup> PhD em Estudos Italianos pela Università degli Studi di Bari “Aldo Moro” e membra do Parlamento Europeu.

*L'enfasi sul piacere come principio guida della vita intellettuale, che io definisco la dimensione "epistemofilica" del pensare, cozza frontalmente contro il culto canonizzato dei morti.*  
(R. Braidotti)

Desejo refletir, nesta breve contribuição, sobre alguns nós e aspectos acerca do mais recente debate italiano sobre o problema do cânone e da crise da crítica, à luz da interrogação-desconstrução dos mecanismos de produção e de seleção historiográfica que o pensamento da diferença de gênero produziu. Irei contar, essencialmente, sobre um não-encontro, uma oportunidade perdida: como a (auto)concessão da *imunidade* a qualquer contaminação real de uma perspectiva de gênero tem limitado, neste debate, a abertura de possíveis processos de transformação, tem limitado uma interrogação mais radical sobre a função da crítica hoje e, conseqüentemente, a prática de percursos e horizontes capazes de lidar (sem retirá-los) com oscilações históricas e epistemológicas produzidas nos últimos trinta anos.

A *reação imunitária* à crise tem, assim, produzido fenômenos mórbidos, exaustos e exaustivos, entre o epigônico e o agônico, ao ponto de se falar em *eutanásia da crítica*, para retomar a lucidíssima provocação de Mario Lavagetto. Ele identifica, com extrema exatidão, as raízes da crise: a hiperespecialização e a autorreferencialidade. Para evitar o “suicídio preterintencional”<sup>109</sup>, ou seja, a afasia da crítica literária sobre a contemporaneidade, é preciso (para usar, com Lavagetto, uma “anticanônica” citação debenedettiana) voltar a pensar a explicação de uma obra como enriquecimento do “nosso conhecimento do destino”, do “sentido e das finalidades da vida”<sup>110</sup>.

Na passagem citada, Debenedetti assimilava *a crítica em busca do tempo perdido*, confiando ao ritmo da *memória involuntária* a possibilidade de entender e explicar o sentido de um texto literário. Acredito ser importante lembrar desta referência à função da memória involuntária: não como solução, mas como inevitável aporia que se deve levar em conta na análise do enredo, entre o debate sobre o cânone e aquele sobre a crise da crítica. O debate sobre o cânone, de fato, se desenvolve na Itália oferecendo-se como solução para o problema da crise<sup>111</sup>: e justamente a relação, assim posta, entre *memória seletiva* e função da crítica foi

<sup>109</sup> LAVAGETTO, M. *Eutanasia della critica*. Torino: Einaudi, 2005, p. 25.

<sup>110</sup> DEBENEDETTI, G. A proposito di «Intermezzo». In: CONTORBIA, F. (Org.). *Saggi 1922-1956*. Milano: Mondadori, 1982, p. 61.

<sup>111</sup> Acerca do debate sobre a crise, cf. SEGRE, C. *Notizie dalla crisi. Dove va la critica letteraria?* Torino: Einaudi, 1993.

o que produziu respostas à crise nostálgico-restauradora, firmemente colocadas no círculo dos imunes.

Penso que seja, portanto, lícito perguntar-se se o fato de se ter identificado, na definição do cânone, a função histórico-antropológica da crítica não implicou, mais do que uma saída da crise, o seu agravamento, por meio de uma resposta-reação regressiva e defensiva, e uma indevida sobreposição entre historiografia literária e definição da identidade nacional, entre crítica e autoevidência do valor estético<sup>112</sup>. E é preciso perguntar-se ainda se o trabalho crítico, adotando o cânone como elemento de sobre-ordenação, não se está aprisionando em uma função *monumental*, ou seja, de construção e defesa de um “monumento” que projeta sua sombra sobre o futuro: o patrimônio (a etimologia já assusta) *literário*. E, ainda, penso que seja lícito questionar-se se o olhar crítico, na utilização do cânone como instrumento de “redução da complexidade”, não tenha enfraquecido a sua própria força de conhecimento, tornando (para si) *invisíveis* alguns objetos. Se, por exemplo, ter ativado o mecanismo do cânone (“um campo de forte tensão teórica produzido pela própria natureza da categoria entre a sua forte pretensão de normatização e a inevitável provisoriedade e contingência que a caracteriza”<sup>113</sup>) não implicou uma *impermeabilidade* da crítica em relação à ruptura histórico-teórica do pensamento da diferença: configuraram-se, assim, os diversos experimentos de extensão do cânone como tentativas de “colocar o aparelho auditivo à estética de Benedetto Croce [...], ou seja, a teoria adaptada a recusar a escuta do que aquela orelha não parecia perceber”<sup>114</sup>.

Segundo uma perspectiva cultural, a Diferença foi, muitas vezes, o motor de uma reivindicação de “formas específicas de reconhecimento identitário”<sup>115</sup>: as minorias culturais puderam, assim, não só reivindicar a inclusão no cânone, mas também chegar à formulação de cânones alternativos. A Diferença de gênero, entendida como “multiplicidade de possíveis diferenças”<sup>116</sup>, é, em vez disso, irreduzível a qualquer mecanismo de definição/descrição identitária (e, portanto, irreduzível também à lógica de reivindicação das minorias culturais à inclusão no cânone): essa, na verdade, “pode se dar somente se deixa de se representar por meio de uma figura precisa do *ser* e começa a *devir* sem perder de vista a irreduzível

<sup>112</sup> Cf. LUPERINI, R. *Breviario di critica*. Napoli: Guida, 2002, p. 82-83.

<sup>113</sup> CRISPINO, A. M. Introdução. In: EAD. *Oltre canone. Per una cartografia della scrittura femminile*. Roma: manifestolibri, 2003, p. 7.

<sup>114</sup> DEBENEDETTI, G. Probabile autobiografia di una generazione. (Prefazione 1949). In: \_\_\_\_\_. *Saggi*. Milano: Mondadori, 1999, p. 112.

<sup>115</sup> Cf. SIMONE, A. Differenze. In: BRANDIMARTE et al. *Lessico di biopolitica*. Roma: Manifestolibri, 2006, p. 116-117.

<sup>116</sup> BRAIDOTTI, R. *In metamorfosi. Verso una teoria materialista del divenire*. Milano: Feltrinelli, 2003, p. 89.

materialidade” corpórea e experiencial da singularidade<sup>117</sup>. Segundo a perspectiva da crítica feminista, na verdade, a colocação das relações de gênero dentro de uma dimensão histórica é a condição *sine qua non* para uma redefinição de tais relações; conhecer historicamente a trajetória de uma construção das identidades sexuais é a única possibilidade para transformá-la, para imaginar processos de subjetivação não sobrecarregados pela prescrição identitária. A progressiva extensão dos domínios da antropologia, a contínua dissolução do conhecimento histórico no âmbito de uma espécie de olhar arqueológico acabaram por incluir, também, a construção das identidades de gênero.

O problema do cânone não nasce, na verdade, de uma necessidade documental de conhecer historicamente os momentos constituintes da subjetividade coletiva, mas de uma finalidade monumental voltada para a eternização de alguns *valores*, por meio de um processo de desistoricização-atualização-prescrição que muitas vezes se radicaliza e chega a constituir antropologicamente a *identidade*: cada discurso “canônico” se funda, de fato, ao longo das coordenadas de distinção-seleção do *valor* e da construção da identidade. Não só isso: a própria identidade, concebida como hipóstase do pertencimento, torna-se um valor *em si*.

Em primeiro lugar, não está disponível a uma leitura de gênero, portanto, aquele *valor estético* que, tornando-se *norma*, funda o cânone, qualquer cânone: a *literariedade*, ou seja, o valor meta-histórico que se torna parâmetro do mecanismo de seleção e identificação típico do cânone. E, se a literariedade é “a proposição metafísica de um modelo, que se torna norma para os objetos, e que, por isso, está muito longe de torná-los conhecíveis como objetos reais”<sup>118</sup>, a necessidade de conhecimento da singularidade e da historicidade das obras requer, segundo um olhar situado na história e no corpo, uma leitura coerentemente imanente da produção literária, requer a construção de percursos críticos *num outro plano*. Se, porém, a instauração de um estilo crítico, capaz de ler em uma perspectiva de gênero os processos históricos e encarnados, que se relacionam à produção *das escrituras e das histórias*, necessita de uma saída do nexo literariedade-cânone, é indispensável uma interrogação crítica das relações materiais, sexuais e culturais que contribuíram *historicamente* para a produção das diversas definições “absolutas” de literariedade.

Nesse sentido, a crítica feminista submeteu a uma verificação “o sistema literário no mérito de suas próprias regras, como também àquela escala de valores que rege a modalidade de inclusão e exclusão dos textos”, mostrando como a indevida universalidade-

<sup>117</sup> SIMONE, A., *op. cit.*, p. 116.

<sup>118</sup> LEONE DE CASTRIS, A. *La critica letteraria in Italia dal dopoguerra a oggi*, Roma-Bari: Laterza, 1991, p. 7.

neutralidade dos saberes e dos valores *produziu* a ausência de mulheres na tradição, a qual coincide, portanto, com a “memória histórica de um só sujeito”, daquele sujeito “que codificou a escala dos valores, que construiu, a partir das valências de seu próprio desejo, as imagens do feminino”<sup>119</sup>. O desvelamento dessa falsa neutralidade da escala de valores, a necessidade de nomear a parcialidade sexuada do olhar crítico, o questionamento crítico dos parâmetros de inclusão/exclusão são os terrenos sobre os quais articulou-se a desestruturação feminista da suposta normatização do cânone.

Assim, uma reivindicação de “literariedade” às escrituras femininas e, conseqüentemente, de dualização ou duplicação do cânone solaparia, a meu ver, a possibilidade de uma crítica radical (na raiz) do cânone: é o *valor literário em si*, de fato, enquanto fundamento de um discurso abstrato e desencarnado, que oculta o nexo entre a unicidade do eu encarnado e a unicidade da obra, essencial à possibilidade de autorrepresentar a diferença na escritura. A desconstrução feminista do cânone, penso, não pode deixar de implicar uma ruptura-desestruturação da persistência neoidealista na redução da crítica a um juízo de valor, da continuidade-contiguidade entre distinção (entre poesia e não-poesia) e seleção (dentro/fora do cânone).

Se para a pesquisa desconstrutiva feminista torna-se necessário mostrar como o valor-arte se *constrói historicamente* também por meio de relações entre gêneros que ocultaram as autorrepresentações singulares das mulheres, a historiografia neutra mostra, de modo *historicista*, quando tal valor se “*epifaniza*” na história: ou seja, garantida a função monumental-prescritiva do valor estético, tal historiografia sustenta (inclui na tradição) uma produção *documental*, por meio de uma não perturbadora convivência entre estética (variavelmente remodelada) e sociologia da literatura, ou crítica temática.

Uma vez preservada a hipóstase-arte, a diferença não pode, de fato, ser contemplada como hipóstase *de outra natureza* (o feminino como essência), de marca sociológica ou temática, acabando por ser admitida, no campo discursivo do cânone, através de diferentes mecanismos de *inclusão*: para assimilação (como neutralização da diferença: inclui-se à medida que se identifica, torna-se idêntico a si); para iconização (o feminino é, por sua vez, canonizado, torna-se uma identidade invariante de valor positivo ou negativo: é o Outro na literatura); para redução culturalista (a diferença exigiria somente ser descrita e englobada, com um enfraquecimento da sua carga conflitante: é a “museificação” da identidade e das diferenças, a redução da crítica a um inventário de intangíveis bens culturais).

---

<sup>119</sup> Cf. ZANCAN, M. *Il doppio itinerario della scrittura. La donna nella tradizione letteraria italiana*. Torino: Einaudi, 1998, p. X-XV.

É através, propriamente, do mecanismo de inclusão que o debate crítico neutro remove acuradamente o núcleo mais disruptivo e filosoficamente mais criativo do pensamento da Diferença, ou seja, a solicitação de uma refundação epistemológica, de um estilo teórico apto a conhecer, a ver (e não a ocultar) a *irreducibilidade ontológica da singularidade*<sup>120</sup>: a diferença é, necessariamente, material/excedente. O excedente é, de fato, resíduo entre os processos de subjetivação singular e o Feminino (Mulher universal), entre a historicidade e a multiplicidade das identidades *materiais*, e a prescrição meta-histórica e essencialista de uma identidade de gênero (naturalizada) que as oculta; é resistência/existência no que diz respeito a cada redução abstrata e definidora. Essa existência ativa um duplice movimento: de desconstrução do universal abstrato e de construção do singular concreto.

Se a diferença, portanto, não é uma identidade pré-existente à escritura, mas um processo (Devir) de subjetivação da *singularidade* que se produz na *singularidade da obra literária*, a operação de leitura requer uma constante ligação do produto intelectual ao material (histórico, corpóreo, sexuado), mas partindo do pressuposto de que não há, aí, qualquer *qualidade* intrínseca dedutível.

A canonização do feminino, das escrituras femininas, é, em vez disso, um mecanismo novamente de abstração. E, portanto, continua a tornar substancialmente invisível a singularidade das diferenças<sup>121</sup>. Se, de fato, não existe uma propriedade das escritas femininas que permita, por exemplo, nomeá-las aprioristicamente excêntricas ou excepcionais, da mesma forma não se pode entender a literariedade como um lugar ontologicamente ulterior e responsável pela desconstrução da linguagem neutra-masculina, porque capaz de ativar meta-historicamente a epifania da diferença.

O *conhecimento* dessas singularidades, materiais e excedentes, que chamamos obras literárias (em que o literário é entendido não como uma qualidade-valor, mas como a especificidade concreta e historicamente mutável de uma das formas do trabalho intelectual, conectada, de forma variada, à “intenção consciente de transfigurar em imagem o vivido e o pensamento de si”<sup>122</sup>), é o fundamento da necessidade de uma reformulação epistemológica, e também da necessidade de verificação dos estatutos neutros do saber, colocando essa reformulação em direção ao pensamento das mulheres, através de diferentes estratégias, no sentido de situar o olhar crítico e tornar visíveis àquele olhar alguns objetos, construindo narrações aderentes à materialidade/singularidade e ao desejo de transformação do existente.

<sup>120</sup> Cf. NEGRI, A. *La differenza italiana*. Roma: Nottetempo, 2005.

<sup>121</sup> Cf. ZANCAN, M., *op cit.*, p. XVI.

<sup>122</sup> *Ibidem*, p. XX.

Sistematicamente ocultada pelas nostalgias do intelectual-legislador como resposta-reação à crise, tal necessidade de refundação do estatuto da crítica literária e, de modo geral, do trabalho intelectual é, a meu ver, inevitável nessa fase de autorreflexão acerca da função da crítica: a refundação torna necessária uma *situação (da razão) crítica*.

“Pensar através do corpo”<sup>123</sup>, para citar Rosi Braidotti, reavaliando as raízes materiais/corpóreas da subjetividade, permite não só revelar o caráter sexuado de cada saber/olhar crítico, mas também nomear o inextricável cruzamento entre “estético e cognitivo”. É somente não ocultando a matéria histórico-corpórea, o desejo, o pré-discursivo – como elementos que determinam e, ao mesmo tempo, produzem *involuntariamente* conhecimento –, que se pode evitar que as pretensões normativas da memória seletiva impeçam de ouvir o soar da memória involuntária<sup>124</sup>. Praticar a “*imanência radical*”<sup>125</sup> da razão permite redefinir *a crítica como metamorfoses*, como processo molecular de “*modificação/transformação interior e coletiva, singular e ética*”<sup>126</sup> do sujeito conectado a qualquer operação de leitura; permite imaginar um sujeito crítico que se transforma conhecendo, se conhece transformando, estabelece nexos e relações “pontencializadores” entre os processos singulares do desejo e do devir.

Nesse sentido, acredito, pode-se nomear hoje a ruptura histórica feminista como (parafrazeando ainda Debenedetti) um *materialismo que não explica* e não define, não re(con)duz as histórias à História concebida como discurso abstrato e abstrativo (como filosofia da história): um materialismo ao quadrado (à raiz) que liga o pensamento à materialidade do corpo e da história.

A radical imanência feminista permite pensar em uma “história feita de histórias”<sup>127</sup>. Sem a hipoteca historicista da história (epifania-desenvolvimento) do valor, pode-se libertar a possibilidade de uma *história material*, ou seja, feita de singularidades em devir, que entrelaça duração e longa duração, corpóreo e simbólico; uma história liberta da “maldita história”, da ansiedade da *Aufhebung* e da *reductio ad unum* do dual e do múltiplo<sup>128</sup>.

Se a possibilidade de expressar, na unicidade da obra, a unicidade do eu encarnado torna, historicamente, as escritas femininas um laboratório de autorrepresentação da diferença, e o faz também por meio de uma busca de saídas da gaiola linguístico-estilística,

<sup>123</sup> BRAIDOTTI, R., *op. cit.*, p. 13.

<sup>124</sup> A dicotomia entre memória involuntária e memória seletiva, conecta-se também a distinção entre a construção de genealogias (o re-conhecer-se através dos “textos ternamente amados” deleuziano, por exemplo) e a definição do cânone. *Ibidem*, p. 84.

<sup>125</sup> *Ibidem*, p. 13, grifo nosso.

<sup>126</sup> NEGRI, A., *op. cit.*, p. 19.

<sup>127</sup> ZANCAN, M., *op. cit.*, p. 5.

<sup>128</sup> NEGRI, A., *op. cit.*, p. 28; cf. também p. 14-15.

o trabalho crítico, se quiser preservar esses lugares de constituição da subjetividade pelos mecanismos abstratos que tornaram essas escrituras invisíveis (ou visíveis porque despotenciadas) ao olhar do cânone, só pode almejar configurar-se como estilo teórico capaz de conferir voz às diferenças singulares/sexuadas, capaz de ver essas práticas de construção da *singularidade em relação*.

Para imaginar um discurso segundo sobre a literatura (sobre cada obra específica) como *narração de narrações*, acredito que sejam fecundas as sugestões provenientes da *filosofia da narração*, de Adriana Cavarero. Na base de uma reelaboração aguçada da reflexão de Hannah Arendt, Cavarero distingue o registro discursivo de ordem filosófico-teórico, que “lança fora do seu estatuto epistêmico a unicidade encarnada”<sup>129</sup>, delineando-se como “saber definidor que diz respeito à universalidade”<sup>130</sup>, e o registro narrativo, ou seja, “o saber biográfico que diz respeito à identidade irrepitível” da singularidade: uma crítica como narração pode revelar (dar) o significado a cada história/vida/obra sem prendê-lo na armadilha da definição.

Repensar a função da crítica significa também, ao meu ver, entendê-la como *espaço político* (no sentido de Arendt) *de escuta e exposição das singularidades* autonarrativas, até agora consideradas inexistentes porque não expostas, ou seja, não reconhecidas pelo olhar do cânone e da teoria dos gêneros literários. É, pois, o *reconhecimento na relação* (a narração de nossa história feita pelo outro) que confere sentido à unicidade das diferenças singulares. Se a “identidade pessoal postula sempre como necessário o outro”<sup>131</sup>, também para a identidade autoral (a subjetivação na obra) se pode falar, “arendtianamente”, de coincidências entre o ser e o aparecer: não há dúvidas de que somente na relação com crítico/a, leitor/a, na narração da obra, se (re)produz o sentido (não se reduz, mas define-se) de um desejo de autorrepresentação. O espaço público da crítica, portanto, pode *funcionar* como lugar de exposição-potencialização das autonarrações femininas (material excedente ao cânone) transformadas em invisíveis (inexistentes) pela *tradição do valor*. Assumir que a função da crítica não consiste na reafirmação da *potestas normativa do cânone literário*, mas na potência das narrativas singulares (concebida tanto como infinita potencialidade do devir quanto como potencialização), permite imaginar o trabalho crítico como desenho processual de relações entre o fluir de desejos que escolhe

<sup>129</sup> CAVARERO, A. *Tu che mi guardi, tu che mi racconti. Filosofia della narrazione*. Milano: Feltrinelli, 1997, p. 18.

<sup>130</sup> *Ibidem*, p. 23.

<sup>131</sup> *Ibidem*, p. 31.

intencionalmente um lugar de transfiguração, conhecimento de si, e a ligação desses à materialidade da história e dos corpos: como uma *cartografia materialista do excedente*.<sup>132</sup>

Penso em mo(vi)mentos narrativos (em narr/ações de movimentos) que desvelem e potenciem histórias singulares, conferindo espaço e significado a desejos (políticos) de subjetivação, para praticar (em uma ótica de gênero, ou seja, fora de qualquer *disciplina*) a dimensão necessariamente *militante* (“eticamente responsável”) do trabalho crítico: uma metamorfose voltada a transformar o existente, e, em primeiro lugar, a relação entre os gêneros. O êxodo da norma do cânone, a “alegre e generosa desobediência em lugar da trágica solenidade que caracteriza o respeito edípico para os idosos”<sup>133</sup> são o pressuposto para repensar o nexo entre trabalho crítico e construção da identidade, não em função regressiva, mas projetiva, como *ampliação da frente do possível*: “O ponto não é saber quem somos, mas o que, em última análise, queremos nos tornar, de que modo representar as mutações, as modificações e as transformações, mais do que o Ser no sentido clássico”<sup>134</sup>.

## Referências

BLOOM, H. **Il canone occidentale**. Milano: Bompiani, 1994.

BRAIDOTTI, R. **In metamorfosi. Verso una teoria materialista del divenire**. Milano: Feltrinelli, 2003.

CAVARERO, A. **Tu che mi guardi, tu che mi racconti. Filosofia della narrazione**. Milano: Feltrinelli, 1997.

CRISPINO, A. M. Introdução. In: EAD. **Oltre canone. Per una cartografia della scrittura femminile**. Roma: manifestolibri, 2003.

CROCE, B. Breviario di estetica. In: GALASSO, G. (Org.). **Aesthetica in nuce**. Milano: Adelphi, 1990.

\_\_\_\_\_. **Isabella di Morra e Diego Sandoval de Castro**. Palermo: Sellerio, 1983.

DEBENEDETTI, G. A proposito di «Intermezzo». In: CONTORBIA, F. (Org.). **Saggi 1922-1956**. Milano: Mondadori, 1982.

\_\_\_\_\_. Probabile autobiografia di una generazione. (Prefazione 1949). In: \_\_\_\_\_. **Saggi**. Milano: Mondadori, 1999.

LAVAGETTO, M. **Eutanasia della critica**. Torino: Einaudi, 2005.

<sup>132</sup> Cf. BRAIDOTTI, R., *op. cit.*, p. 10-15.

<sup>133</sup> *Ibidem*, p. 85.

<sup>134</sup> *Ibidem*, p. 10.

LEONE DE CASTRIS, A. **La critica letteraria in Italia dal dopoguerra a oggi**. Roma-Bari: Laterza, 1991.

LUPERINI, R. **Breviario di critica**. Napoli: Guida, 2002.

NEGRI, A. **La differenza italiana**. Roma: Nottetempo, 2005.

SEGRE, C. **Notizie dalla crisi. Dove va la critica letteraria?** Torino: Einaudi, 1993.

SIMONE, A. **Differenze**. In: BRANDIMARTE et al. **Lessico di biopolitica**. Roma: Manifestolibri, 2006.

ZANCAN, M. **Il doppio itinerario della scrittura. La donna nella tradizione letteraria italiana**. Torino: Einaudi, 1998, p. X-XV.

## **MATERIALE/ECCEDENTE: DALLA *POTESTAS* DEL CANONE LETTERARIO ALLA *POTENTIA* DELLE NARRAZIONI**

### **Riassunto**

Desidero riflettere, in questo breve contributo, su alcuni nodi e aspetti del più recente dibattito italiano sul problema del canone e della crisi della critica alla luce di quella interrogazione-decostruzione dei meccanismi della produzione e della selezione storiografica che il pensiero della differenza di genere ha prodotto. Dunque, parlerò qui dell'immunità del canone letterario a qualsiasi contaminazione reale con una prospettiva di genere, aspetto che ha soffocato l'apertura di possibili processi di trasformazione del canone o del valore estetico, e anche la possibilità di una più radicale interrogazione sulla funzione della critica oggi. Dalla prospettiva critica femminista, infatti, la collocazione delle relazioni di genere in una dimensione storica è la conditio sine qua non per una ridefinizione del canone e della letteratura; conoscere storicamente la vicenda della costruzione delle identità sessuali è l'unica possibilità per trasformare questa dimensione storica del canone, e per immaginare processi di soggettivazione, nella letteratura, non gravati dalla prescrizione identitaria.

### **Parole chiavi**

Canone letterario. Scrittura femminile. Critica.